

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ANANINDEUA.

CORDEIRO, Maria Geice de Lⁱ

RESUMO

O estudo objetiva caracterizar o perfil socio demográfico das mulheres em situação de violência, realizado pela equipe interdisciplinar do polo de atendimento à mulher na cidade de Ananindeua, no período de 2019 e 2022. O delineamento da pesquisa é o estudo observacional com o enfoque quantitativo e a coleta de dados será por meio de levantamento documental, em particular nos relatórios anuais com frequência nas variáveis de raça/etnia, tipologia da violência sofrida e a religiosidade. Estes dados são coletados através da técnica de entrevista com instrumental de formulário com perguntas fechadas sobre a situação socio demográfica da mulher em situação de violência doméstica e o agente da agressão. As reflexões com base no estudo permeiam as possibilidades de intervenções e a retomada da função pedagógica da/o assistente social nas atividades educativas ou mesmo de acompanhamento contínuo às mulheres mediante a teoria da Educação Popular e/ou de tecnologias sociais de gênero mediante um paradigma crítico.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Neoliberalismo; Neoconservadorismo; Políticas sociais.

ABSTRACT

The study aims to characterize the socio-demographic profile of women in situations of violence, carried out by the interdisciplinary team of the women's care center in the city of Ananindeua, in the period of 2019 and 2022. The design of the research is the observational study with the quantitative focus and the data collection will be through documentary survey, in particular in the annual reports with frequency in the variables of race/ethnicity, typology of violence suffered and religiosity. These data are collected through the technique of interview with instrumental form with closed questions about the socio-demographic situation of women in situations of domestic violence and the agent of aggression. The reflections based on the study permeate the possibilities of interventions and the resumption of the pedagogical function of the social worker in educational activities or even of continuous accompaniment to women through the theory of Popular Education and/or gender social technologies through a critical paradigm.

Keywords: Violence against women; Neoliberalism; Neoconservatism; Social policies.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A violência no contexto do século XXI é um acirramento da luta de classes, em particular, contra as populações periféricas e negras, pois, além do uso excessivo de força contra outra pessoa é independente da intencionalidade de quem a pratica, em particular, de opressão e coisificação do corpo da mulher, o qual, aglutina a dimensão necessária a manutenção de uma “ordem” desigual com legitimidade e justificação na opressão da maioria da população no Brasil (CHAUI, 2019).

Assim é necessário reflexões pertinentes sobre quais os mecanismos de violência, pois o complexo social que a envolvem, bem como, o objetivo e a forma de coagir. Por exemplo, as reduções de políticas públicas aos trabalhadores e suas famílias, aumento do desemprego estrutural que atinge a natureza do ser social e a base material das classes sociais. Além disso, as expressões da violência são expandidas, pois emergem em alguns grupos conceituados como neoconservadores que defendem o genocídio, a ditadura militar e particularmente o neofascismo (ZIZEK, 2014).

Diante desta repercussão, a revisão sistemática na base de dados do *google* acadêmico, com o descritor “violência contra mulheres e a Pandemia do Covid-19” há produções científicas de aproximadamente de trinta e três mil artigos entre os anos de 2020 a 2022. Mediante a estas inquietações, em pesquisa no mesmo banco de dados e com o mesmo descritor, inserindo o termo da cidade, em estudo, Ananindeua no estado do Pará, foram publicados uma dissertação com objetivo de analisar a responsabilização penal das audiências de violência doméstica em Ananindeua (MAIA, 2019) e outros 210 artigos de revisão, porém, analisam a cidade de Belém e a relação ao direito à moradia e a violência contra as mulheres.

Diante do exposto, a equipe interdisciplinar do Polo Integrado a mulher de Ananindeua convivem com o dilema do atendimento imediato, quando ocorre a violência contra a mulher, bem como, a problematização de quais dimensões operativas poderiam ser implementadas no enfrentamento à violência doméstica em um polo de atendimento à mulher mediante a pandemia do Covid-19 e as demandas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



imediatas impostas no atendimento interdisciplinar? Para tanto objetivamos caracterizar as variáveis de raça/etnia, tipologia da violência e a religiosidade das mulheres em situação de violência doméstica no ano de 2019 e 2022, com base em relatórios anuais dos atendimentos registrados em formulário pela equipe técnica interdisciplinar, como de Serviço Social e Psicologia, do polo de atendimento à mulher na cidade de Ananindeua. As variáveis analisadas estão no contexto das evidências para informar as decisões no contexto do processo de trabalho da equipe interdisciplinar.

Isto imbuí, ao fenômeno da violência estrutural, a expressão do projeto neoliberal de reprodução da ordem do capital e a intensificação da sociabilidade burguesa, com meandros da cultura patriarcal, em particular das opressões como o medo e a ameaça como elementos de reprodução e controle através da violência.

2 RECORTE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Rede de Proteção de atendimento em Ananindeua.

A violência é um fenômeno histórico e no sistema capitalista do século XXI, acentua-se na dimensão necessária à manutenção de uma “ordem” desigual com legitimidade nos pressupostos de reprodução do projeto neoliberal e da ordem do capital, onde a manutenção do complexo social. Isto imbuí, nesse fenômeno à expressão que diz respeito, ao significado do trabalho das classes sociais, em particular, dos trabalhadores.

O estado neoliberal deve persistir em reorganizações internas e novos pactos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade em relação a outros estados no mercado global. Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é responsável e deve responder por suas ações e seu bem-estar. Este princípio abrange a esfera do sistema de proteção social, o sistema educacional, os cuidados de saúde e até mesmo as pensões [...] O sucesso pessoal ou o fracasso são interpretados em termos de virtudes empresariais ou falhas pessoais (como não investir suficientemente no próprio capital humano através da educação) em vez de serem atribuídos a qualquer tipo de qualidade sistêmica. (HARVEY, 2007, p. 73)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Bem como, as características ou princípios do neoliberalismo como a sociabilidade burguesa e neoconservadorismo, sendo este último “com elementos específicos[...] afirmação de valores morais e depende consideravelmente de recursos para os ideais, entre outras coisas, à nação, à religião, à história ou à tradição cultural” (HARVEY, 2007, p. 91). Neste contexto, os argumentos deste autor salientam o nacionalismo e a religião como fortes balizadores morais e remetem, em especial, as práticas neoliberais. Sobretudo, quando mencionamos a moral burguesa, que segundo Barroco (2009), tem fundamentos no princípio liberal da liberdade e das condições a reprodução do modo de vida mercantil, em que pese o valor da posse material e subjetiva dos objetos de consumo.

Assim, para Barroco (2009) a sociabilidade burguesa e os valores da moral burguesa, contraria a sociabilidade, sendo esta última, o agir consciente que supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em forma de nova satisfação. “Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis” (BARROCO, 2009, p.4). Dessa forma, todas as escolhas sociais e individuais exigem escolhas e decisões sendo estas juízo de valor (LUKACS, 1978)

Inclusive outro ponto basilar ideológico que coaduna com a moral burguesa sobre o trabalho e a religião, o qual, a disseminação ao homem/trabalhador na auto atividade de que não é sua escolha, mas divina, todavia o “trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado” (MARX, 1984, p. 153). Dessa forma a evolução percorrida pela burguesia moderna é acompanhada de um processo político correspondente as relações de família, sendo reduzidas há simples relações monetárias e a inclusão da mulher no mercado de trabalho e o incremento em situações precárias e com rebatimentos nas relações sociais, cujas forças de trabalho aparecem como uma concorrência ordinária em comparação ao trabalhador adulto (MARX; ENGELS, 1984).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Diante do exposto a violência estrutural internaliza nas relações sociais, como: o desemprego a contrarreforma social, a precarização do trabalho. Em especial, compreender o complexo social da relação entre os princípios neoconservadores e a violência estrutural, requerem o entendimento sobretudo, das expressões da violência, por que se produz e reproduz pessoas violentas? Por que se necessita da reprodução de componentes intrínsecos a violência estrutural como um instrumento de alienação as classes sociais e a divisão social do trabalho (LIMA, 2018).

Isto posto, contribuem para análises sobre a ordem do capital e reafirmam as relações de poder, particularmente, o patriarcado como uma estrutura cultural de dominação e da violência, sobretudo, “a apropriação de corpos e da vida das mulheres, em múltiplos sentidos [...] que fere e afeta não apenas a integridade física, mas também emocional e subjetiva” (CISNE; SANTOS, 2018, p.69).

Neste aporte a violência de gênero, para Cisne; Santos (2018), não está interligada apenas com a condição de ser mulher, requer a visibilidade aos sujeitos “que estabelecem as relações de antagonismos e conflitos nas relações patriarcais, no caso centralmente, homem em relação à mulher” (CISNE; SANTOS, 2018, p.69). Neste sentido, o conceito da violência contra a mulher, reforça a centralidade do sujeito que sofre as violações e violências e quando intentam romper com as relações de subalternidades, em particular, pela característica neoliberal do neoconservadorismo, como, as opções teórico-política do papel do homem e da mulher na sociedade, sobretudo, o religioso com questões divinas nas relações sociais afetivas (CISNE; SANTOS, 2018).

Neste cenário as políticas sociais são contraditórias e com implicações e determinações econômicas, políticas e culturais que acenam questões ideológicas. No contexto devem estar no debate maior da desnaturalização da pobreza e das questões da desigualdade social. Assim, as relações vigentes na sociedade constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual tendo sentidos antagônicos como: a acumulação e a miséria. A pobreza é uma

PROMOÇÃO



APOIO



reprodução dessas relações, bem como, a desigualdade é reproduzida constantemente nos diversos contextos sejam sociais, políticos, econômicos e culturais (YAZBEC, 2012).

Para justificar o objetivo neoliberal da riqueza e pobreza essas premissas conjugam na satisfação de necessidades a partir das suas próprias capacidades de esforço “aqueles que fracassaram podem receber ajuda tanto mediante a intervenção ‘compensatória’ do Estado através da filantropia e empresas socialmente responsáveis” (SIQUEIRA, 2013, p.80). Entretanto, a pobreza é a expressão direta das relações sociais e não apenas do estado de privações materiais, mas traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YAZBEK, 2012). Assim, o estudo do território da cidade de Ananindeua, que compõe a Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, em um cenário que está interligado com contextos de desigualdades sociais, em especial, a violência contra mulheres

2.1 Locus de estudo a e rede de atendimento do polo parapaz mulher.

A problematização sobre o fenômeno da violência, em particular, contra mulheres, sendo vítimas de homicídios caracterizados como feminicídio no Brasil tem uma proporção de 34,6%, entretanto, no estado do Pará essa proporção é de 35% por 100 mil habitantes (BRASIL, 2022). Na cidade de Ananindeua sendo o locus de estudo, que faz parte da Região metropolitana de Belém, tem uma população estimada em 540.410 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,718 Além disto em relação a escolaridade, as pessoas sem instrução representam 19,45% e com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto são 11,07%; e as com ensino médio completo e superior incompleto são 19,74% e com nível superior completo apenas 3,95%.(IBGE, CIDADE, 2021). Tendo um perfil de pessoas ocupadas de 13,06% (IBGE, 2020), com rendimento de até meio salário mínimo de 36,9%.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em consideração à população do censo de 2010, com um total de 471.980 habitantes, sendo que 51,98% da população são do sexo feminino (IBGE, 2010). Contudo, em relação a declaração de raça e etnia, temos 23,83% das pessoas brancas e as que se declararam pardas com 68,24% e Preta 6,99%, por fim amarela apenas 0,89% e as indígenas 0,06% (IBGE, CIDADES, 2010). Diante deste perfil sociodemográfico, somam-se à cidade de Ananindeua uma taxa de 84,6% de homicídio, assim representando no ranking das 100 (cem) cidades mais violentas do Brasil (ATLAS, 2018).

Dessa forma, no atendimento de violência contra a mulher no polo de Ananindeua -iniciado no exercício de 2018-, em tempo de Pandemia do Covid-19, houve um aumento de 13,9% das queixas entre 2019 (período não pandêmico) se comparado ao ano de 2020 quando ocorre a oficialização da referida pandemia. Para tanto, as estratégias de prevenção de contaminação pelo Estado foram: de isolamento social, uso obrigatório de máscara e distanciamento social.

Isto posto, repercutiram em âmbito global, tendo a convivência familiar intensa, mesmo com as adversidades, como por exemplo, a inserção do trabalho em casa (*home office*) e os confrontos pela sobrevivência através do acesso aos programas sociais, pois a agenda do governo federal em tempos de pandemia do COVID 19 tem aspectos misóginos pela contrarreforma social, como a inserção de acesso aos benefícios sociais, em especial, a mudança do Programa Bolsa Família para implantação do Auxílio Brasil, sendo fatores que intensificaram as políticas ultraliberais e com maior amplitude da pobreza.

Em princípio, a instituição estadual Fundação Parápaz, que compõem a hierarquia organizacional da Secretaria Extraordinária de Articulação e Cidadania (SEAC) e da Casa Civil do governador. Assim, o Parápaz Integrado (PPI)ⁱⁱ, foi criado para ofertar um serviço especializado de atendimento integral nas especificidades em áreas urbanas consideradas com índice de violência que atuavam em conjunto as Unidade Integrada Propaz (UIPP), em bairros da Região Metropolitana de Belém, como: Terra Firme, Guamá (ambos em Belém), Distrito Industrial (Ananindeua) com

PROMOÇÃO



APOIO



o objetivo de promover a cultura da Paz. Todavia foi necessário a ampliação dos polos com desvinculação dos órgãos, em especial, o Polo ParáPaz Mulher (PPM), tendo o objetivo de oportunizar o acolhimento humanizado às mulheres em situação de violência doméstica, familiar e sexual, de maneira a promover sua cidadania e evitar a revitimização. A Integração do PPM diz respeito às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), em Ananindeua.

Então, o atendimento as mulheres na DEAM ocorrem por meio da equipe interdisciplinar do polo Parapaz Mulher, através de entrevista com formulário sobre a realidade socio demográfica, histórico da violência e do agente da agressão. Em seguida, a equipe produz um documento formal, com base na narrativa da violência sofrida pela mulher, praticada pelo/a agente da agressão. Como podemos observar, no fluxo de atendimento as mulheres (figura 1).

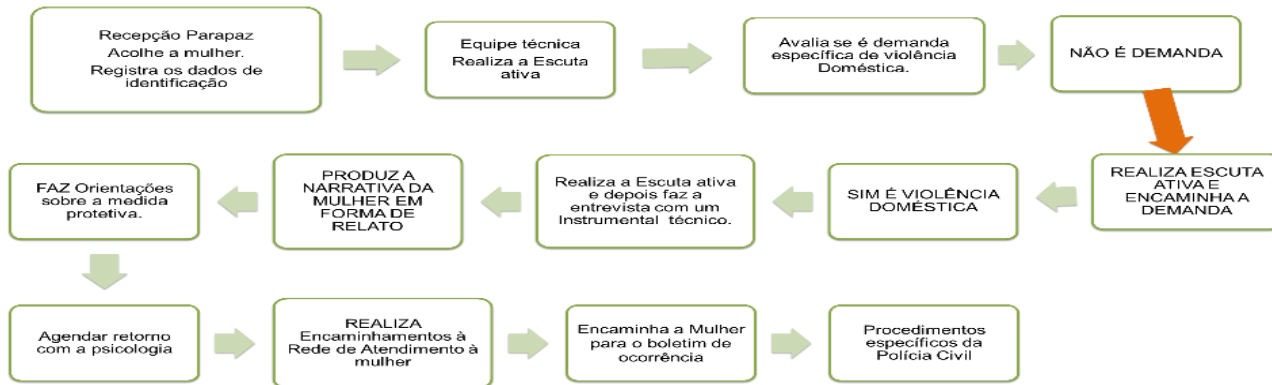


Figura 1 Fluxo de atendimento de acolhimento social para mulheres pelo Polo ParáPaz Mulher.

Fonte: PARÁ, 2021.

Neste fluxo, os atendimentos iniciais realizados pela equipe de Serviço Social demandam simultaneamente orientações, sobre guarda, pensão de alimentos e a rede de proteção a mulher e a referência ao círculo da violência doméstica. Contudo, no ano de 2020 e 2022 os atendimentos foram sistematizados mais requerem um aprimoramento, em relação a bioestatística. Especialmente, no atendimento de

acolhimento as mulheres, observamos que esse dado sobre a identidade de raça e etnia necessitam de um amplo debate com as mulheres atendidas e com a equipe interdisciplinar, sendo um indicador de suma importância, sendo a declaração como parda a mais preponderante, como podemos observar no gráfico 1:

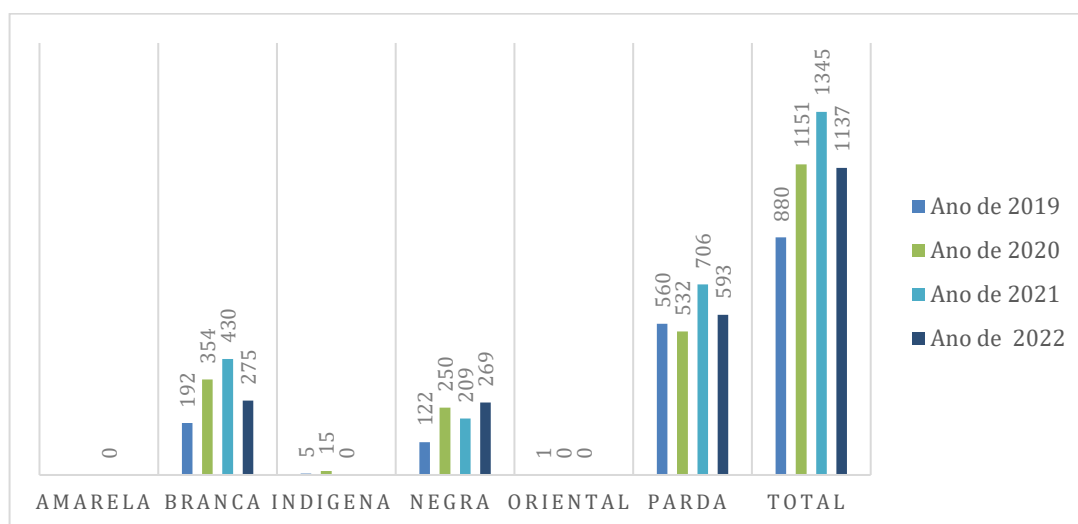


Gráfico 1 Demonstrativo socio demográfico da declaração de Raça/Etnia das mulheres atendidas pela equipe do Parapaz Mulher de Ananindeua, no exercício de 2019 a 2022.

Fonte: PARÁ (2019,2020, 2021 e 2022)

Neste cenário observa-se que nos dados do Atlas da violência (2020), informam sobre a violência doméstica contra as mulheres, sendo as mulheres negras com 68% as mais atingidas e houve um aumento 12,4% nos homicídios. Assim considera-se uma variável para estudo científico, sobretudo, o recorte de gênero e raça como subsídios para políticas sociais e de identidade étnico racial no território, bem como a inclusão da variável dos territórios tradicionais, como: quilombolas e também de ribeirinhos, sendo a cidade de Ananindeua coberta por ilhas.

Contudo, outra variável complexa é sobre o aspecto religioso, sendo um dos desafios no atendimento à mulher em romper com alguns pressupostos doutrinários para realizar a queixa crime. Assim, na DEAM entre o período de 2019 e 2020 há um aumento das queixas crimes de 13,39% das mulheres com credo religioso declarado como evangélica e das que se declararam como católica houve um aumento de 11,88%. Como podemos observar no gráfico 2.

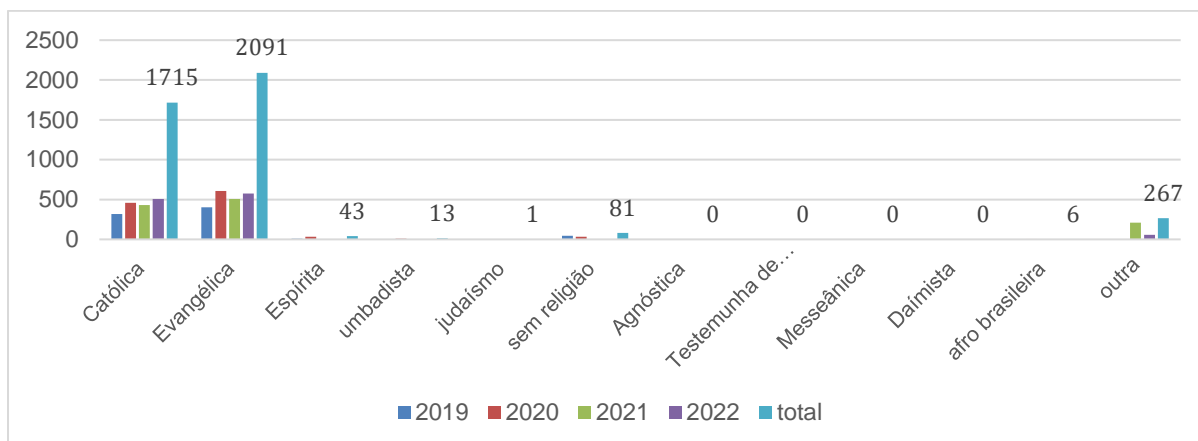


Gráfico 2 Religiosidade das mulheres em situação de violência doméstica atendidas no polo mulher Ananindeua, no período de 2019 a 2020.

Fonte: PARÁ (2019,2020, 2021 e 2022)

O aspecto religioso está imbuído em análises sobre as características do neoconservadorismo, sobretudo das vertentes da afirmação dos valores morais burgueses, mas com ênfase na divisão social do trabalho, na dimensão estrutural do patriarcado e a construção social hegemônica da masculinidade, como a virilidade sexual e laboral do homem e a mulher como cuidadora e maternidade e casamentos obrigatórios, valores da submissão e subalternidade elevados como qualidades centrais na mulher, ser solteira ou não ter filhos tem repercussões de insucesso familiar (XAVIER apud BUTLER, 2020). Ademais temos os dados sobre a tipificação da violência contra a mulher exposta no gráfico 3.

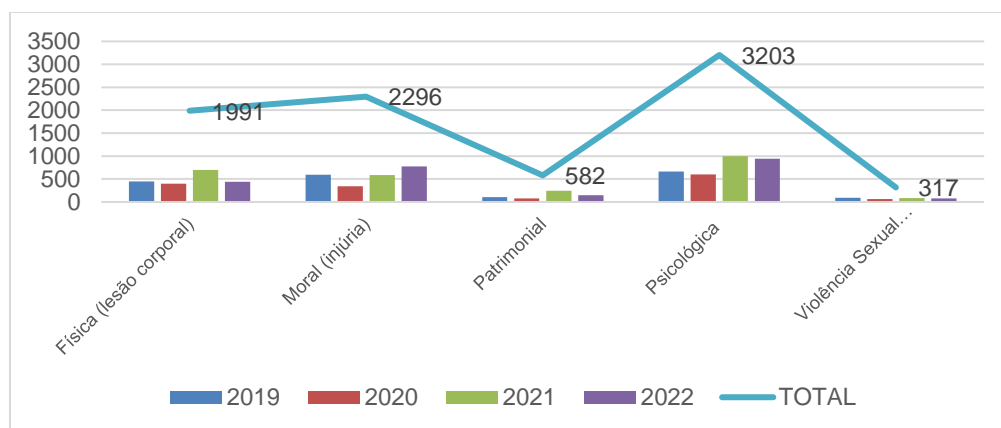


Gráfico 3 Demonstrativo da queixa crimes de violência doméstica tipificadas na Lei federal 11.340 (2006), atendidas pela equipe do Parapaz Mulher de Ananindeua, no exercício de 2019 e 2021.

Fonte: PARÁ (2019,2020, 2021 e 2022)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No que concerne a tipificação da violência contra a mulher, as elencadas estão em conformidade com a Lei Federal nº 11.340 (BRASIL, 2006), e com o avanço da efetivação da Lei Federal nº 14.132 (BRASIL, 2021), com enfoque na criminalização da perseguição ou ameaça as mulheres. Dessa maneira os dados demonstram que as violências não ocorrem de forma isoladas, mas são encadeadas por atitudes durante a relação afetiva e modificam-se, como na compreensão do conceito no círculo da violência.

Por isso, para Cisne (2018), a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e neste sentido não se limita ao ambiente doméstico. Por certo, as denominações da tipificação da violência contra mulher, “como familiar, intrafamiliar e conjugal, não contemplam a caracterização da violência nesta sociedade patriarcal” (CISNE, et al, 2018, p. 69). Neste cenário as considerações sobre o conceito de violência de gênero, “[.] é indispensável dar visibilidade aos sujeitos que estabelecem as relações de antagonismo e conflitos nas relações patriarcais” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69).

Diante deste contexto, nos atendimentos sociais, sobretudo no acolhimento social para identificar a possível violência tipificada na Lei 11.340 (BRASIL, 2006), nota-se que a equipe interdisciplinar no documento produzido na entrevista com a mulher denominado de Narrativa ou Relato, sendo este composto de três diretrizes, as quais: quando e como a violência doméstica ocorreu? o segundo sobre a convivência familiar e por último as observações técnicas baseadas na resolução no Formulário Nacional Risco (FONAR, 2020).

3 CONCLUSÕES

No estudo observamos alguns indicadores que necessitam de visibilidade e sistematização no formulário técnico, inegavelmente, sobre o histórico da violência durante a infância e a adolescência, sobre abuso sexual, onde esse dado poderia subsidiar políticas sociais de saúde com ampliação ao atendimento, atualmente mulheres, além de propiciar estudos de caso ou por amostra, além das questões

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



judiciais requeridas pela vítima. Além do que, o enfoque da declaração de etnia ou raça, observou-se pela equipe a dificuldade da identidade racial da maioria das mulheres, sendo este dado de mulheres brancas um indicador que merece aprofundamento dos dados e com isso a discussão da diversidade étnica e racial, como por exemplo, uso de palavras as mulheres como: “negrinha” ou “mulata”, “moreninha” ou “crioula” isto evidencia questões de racismo (THEODORO, 2008) e requerem um aprofundamento através da teoria da Educação popular.

Aliás as inquietações de quais dimensões operativas poderiam ser implementadas no enfrentamento à violência contra a mulher em Ananindeua em polo de atendimento à mulher? Durante os atendimentos imediatos, houve a necessidade em transparecermos como “sujeito da práxis” na transformação de algumas adversidades durante a Pandemia do COVID-19, em relação ao processo de trabalho, particularmente sobre a dimensão operativa, como: a sistematização de nota técnica sobre os atendimentos do Serviço Social, em relação a Escuta especializada (BRASIL, 2017), elaboração de fluxo de trabalho para acolhimento social, além do Plano de trabalho de Assistente Social. Em coletivo, houve outras sistematizações como: fluxo de atendimento em situação de violência em flagrante, de mulheres em “surto psicótico”. Com o fim de ressignificar o processo de trabalho e repensar o enfrentamento a violência contra a mulher e na perspectiva de ações que possam preservar a vida e a saúde mental das mulheres e dos trabalhadores que atuam na política de segurança pública.

As sugestões estão no aperfeiçoamento contínuo das temáticas sobre a emancipação humana, ao invés do empreendedorismo ou empoderamento feminino, além do que, os debates com as mulheres e a rede de proteção a mulher sobre os programas de geração de renda e a economia solidária. Além da sistematização de acompanhamento as mulheres, como alguns estudos informam (BRASIL, 2005). Na dimensão operativa urge as atividades educativas com temas centrais sobre o círculo da violência e as mídias sociais, em que pese, uma formalização do acompanhamento contínuo e emancipatório, com perspectiva às mulheres em

PROMOÇÃO



APOIO

situação de dependência emocional e financeira e as em situações de ameaça e no acompanhamento pela Patrulha Maria da Penha, primordialmente, a rede de proteção a mulher de Ananindeua.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: Direitos Sociais e competências profissional. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília: 2009.

BRASIL. **Presidência da República e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**.

_____. **Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...]Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/ Laurez Ferreira Vilela (coordenadora) – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008.**

_____. **LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

_____. **Lei Federal Nº 14.132, de 31 de março de 2021**. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

_____. **Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC**. Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania (Abril/2021) do município de Ananindeua/PA. Acesso em 06/07/2021.

_____. **FONAR. Formulário Nacional de Avaliação de Risco**. Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 5, de 3 de março de 2020, e instituído pela Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/56756885/Formul%C3%A1rio+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+de+Risco.pdf/49c39f8c-ee93-054f-5dbe-c854178a0f48> . Acesso em 18/05/2023

_____. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. IN: FEMINÍCIDIOS CAEM, MAS OUTRAS FORMAS DE VIOLENCIA CONTRA MENINAS E MULHERES CRESCEM EM 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

CHAUÍ, MARILENA. **Sobre a violência**. (Escrito de Marilena Chauí vol. 5).1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019;

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 8)

HARVEY, David. **Breve História do Neoliberalismo**. Ed. AKAL, 2007. Cap. 1,2,3. (P. 11 – 93). Arquivo em pdf. Acesso em dezembro de 2017

PROMOÇÃO



APOIO

LIMA, JÉSSICA LINE DE. **CORRELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E QUESTÃO SOCIAL: A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA FRENTE A ESSA CONJUNTURA.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPSS). Espírito Santo: Vitória, 2018.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem** Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MAIA, Thiciane Pantoja. **Caracterização de crimes e decisões judiciais em casos praticados no contexto de violência doméstica no município de Ananindeua-Pará.** 2019. 141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2019.

MARX, Karl. ENGELS, F.; **História.** Florestan Fernandes [organizador da coletânea e tradução Florestan Fernandes et al, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984. Coletânea Grandes cientistas sociais: 36.

ONU, O. D. N. U. - **Direitos Humanos das Mulheres:** A Equipe das Nações Unidas no Brasil, Brasília, julho, 2018. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>> Acesso em: 18 de maio. 2023.

PARÁ, FUNDAÇÃO PARAPAZ. POLO MULHER. In: **Relatório anual de atendimento**, 2019, 2020, 2021 2022. Acesso em pdf.

SCOTT, J. Gênero: **uma categoria útil de análise.** Educação e Realidade, Porto Alegre, FAE: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul. dez. 1995.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013

SOUSA, Barbara M. (org). **Enfrentando a Violência contra a Mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é violência doméstica contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

THEODORO, Helena. **Religiões afro-brasileiras.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Guerreiras da natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo negro, 2008, p. 65-95.

XAVIER, Valeria (org). **Enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Universidade aberta. FUNDAÇÃO DEMOCRITO ROCHA. Fortaleza: Universidade aberta do Nordeste. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência.** Tradução de Miguel Serras Pereira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ⁱ Fundação Parapaz, Polo Mulher Ananindeua. Assistente Social, Mestra em Política Sociais da Amazônia pela UFPA. E-mail: geicecordeiro@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1776773131448906>

ⁱⁱ Assim o objetivo institucional do Polo ParáPaz Mulher (PPM) é atender mulheres acima de 18 anos em situação de violência doméstica como menciona a Lei 11.340/2006. Atualmente o Polo ParáPaz Mulher desenvolve um Protocolo de Atendimento à Mulher em situação de violência doméstica e com base no atendimento ofertado na rede pública setorial do Pará, que se dá por meio de três níveis: primário, secundário e terciário. Atualmente na Região Metropolitana de Belém existem três polos do ParáPaz Mulher que realizam trabalhos especializado integrado com a polícia civil, a saber: em Belém e Ananindeua na delegacia da mulher e na cidade de Marituba na Sala Lilás. Além desses polos que atuam nas especializadas existem 10 (dez), como também os polos de: Altamira, de Paragominas; de Tucuruí; de Santarém; de Bragança; de Breves; de Vigia; de Marabá, de Parauapebas e de Santa Maria do Pará.

PROMOÇÃO



APOIO

